Pedido de prova de que não há actuações de magistrados fora do órgão de soberania Tribunais para satisfazer os interesses particulares dos próprios magistrados

Paulo Gonçalves <pgoncalves70@gmail.com>

24 de setembro de 2024 às 18:36

Para: csm@csm.org.pt

Cc: Belem <belem@presidencia.pt>, GABPAR Correio <gabpar.correio@ar.parlamento.pt>, Gabinete PM <gabinete.pm@pm.gov.pt>, 1CACDLG@ar.parlamento.pt, Grupo Parlamentar PS <gp_ps@ps.parlamento.pt>, Direcção GPPSD <gp_psd@psd.parlamento.pt>, Bloco de Esquerda <Bloco.Esquerda@be.parlamento.pt>, Grupo Parlamentar do PCP <gp_pcp@pcp.parlamento.pt>, PAN - Assembleia da República <pan.correio@pan.parlamento.pt>, gabinete@ch.parlamento.pt, gabinete@il.parlamento.pt, livre@l.parlamento.pt

Bcc:

Exmo. Sr. Juiz Presidente do Conselho Superior da Magistratura,

PAULO MANUEL CARREIRO GONÇALVES, na sequência do seu requerimento/e-mail de 05/09/2024 infra e notificado do despacho em anexo em que, o Conselho Superior da Magistratura – para além de não responder à simples questão que lhe foi colocada a final – recusa apurar qualquer responsabilidade disciplinar da Exm^a Sra. Juíza Dora Isabel Duarte pelos actos em investigação no inquérito criminal 344/23.3TRLSB contra aquela magistrada a correr na Procuradoria-Geral Regional de Lisboa, afirmando, repetidamente, em síntese, que “*em momento algum se vislumbra o mínimo indício de qualquer intervenção ilegal da parta da Exm^a Juíza*”, **vem requerer que apresentem ao Requerente e a todos os órgãos de soberania e senhores deputados em CC a seguinte prova de que é verdade o que o Conselho Superior da Magistratura vem afirmar agora, isto é, que é verdade que não existe o mínimo indício de qualquer ilegalidade na intervenção da Exm^a Juíza Dora Isabel Duarte no PCS n.º 239/18.2SHLSB:**

1º

Prova de que a Sra. Juíza Dra. Dora Isabel Duarte não realizou:

as audiências de julgamento de 28/06/2023 e 11/07/2023 sem que o arguido tivesse a assistência obrigatória do defensor nomeado – e a última das audiências/decisão proferida (de 11/07/2023) até sem a presença do defensor ou do arguido que, até ao momento, não sabe que decisão aí foi proferida –, chegando ao ponto de, sem ter terminado o julgamento e sem ouvir as testemunhas arroladas ainda em falta (e essenciais para a descoberta da verdade), decidir ilicitamente e apressadamente passar a denúncia caluniosa que deu origem ao PCS n.º 239/18.2SHLSB para a leitura da condenação pretendida do arguido (diga-se, “sentença”), por um crime que não existiu e nos termos do n.º 2 do art.º 180º do Código Penal nem é punível, marcada primeiro para o dia 01-09-2023 às 14:00 horas e depois, marcada para 22/09/2023, mas ao invés já leitura de acórdão/sentença (tudo conforme foi feito notar à Sra. Juíza Dora Isabel Duarte pelo e-mail infra ao PCS n.º 239/18.2SHLSB para efeitos do n.º 2 do art.º 117º do C.P. Penal e que a referida Juíza não fez qualquer observação ou retificação ao que lhe foi feito notar).

2º

Prova de que a Sra. Juíza Dra. Dora Isabel Duarte não actuou no sentido do arguido não ter qualquer assistência de defensor conforme sua escolha constitucional no PCS n.º 239/18.2SHLSB, em vez de actuar para que a associação pública Ordem dos Advogados cumprisse o requerido dever desta estatuído no art.º 51º do CPC, de nomear advogado conforme escolha constitucional do arguido aqui Requerente – incumprimento esse reconhecido pelo próprio Conselho de Deontologia da Ordem dos Advogados ao imputar esse incumprimento aos seus colegas do “*Conselho Regional (antigo Conselho Distrital)*” - Doc. 2 em anexo – (tudo conforme exposto no requerimento/e-mail infra de 23/05/2024 aos autos do inquérito 344/23.3TRLSB).

3º

Prova de que a Sra. Juíza Dra. Dora Isabel Duarte não actuou em conluio com a associação pública Ordem dos Advogados para que nenhum dos defensores oficiosos nomeados por esta última tivesse qualquer intervenção no PCS n.º 239/18.2SHLSB, nomeadamente para que nenhum desses defensores oficiosos nomeados pudesse recorrer ou arguir a inconstitucionalidade e nulidade insanável do art.º 119.º alínea c) do CPP de todos os actos praticados pela Sra. Juíza Dra. Dora Isabel Duarte desde a audiência de julgamento de 28/06/2023 inclusive – por terem sido praticados na ausência do defensor do arguido quando a lei exige a respectiva comparência –, ou seja, **prova de que a Sra. Juíza Dra. Dora Isabel Duarte deu cumprimento ao determinado na Lei perante todas as faltas cometidas pelos advogados nomeados no processo**, nomeadamente o não realizar audiências sem a presença obrigatória do defensor oficioso nomeado e cumpriu o determinado no n.º 2 do art.º 66º e/ou no n.º 3 do art.º 116º, ambos do CPP (tudo conforme exposto igualmente no requerimento/e-mail infra de 23/05/2024 aos autos do inquérito 344/23.3TRLSB).

4º

Prova de que os actos praticados pela Sra. Juíza Dra. Dora Isabel Duarte, e expostos no requerimento/e-mail infra de 23/05/2024 aos autos do inquérito 344/23.3TRLSB, para além de não serem com vista a alcançar o objectivo particular e ilícito da referida juíza em violar o n.º 2 do art.º 180º do Código Penal, não constituem as seguintes “ilegalidades” indicadas no mesmo requerimento:

- Violação do n.º 3 do art.º 116º do CPP (art.º 5º do citado requerimento/e-mail de 23/05/2024);
- Violação do n.º 1 do art.º 219º da CRP (art.º 6º do citado requerimento/e-mail de 23/05/2024);
- Violação do n.º 3 do art.º 32º da CRP, das alíneas e) e f) do n.º 1 do art.º 61º do CPP, e das alíneas b) e c) do n.º 3 do art.º 6º da Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (art.º 8º do citado requerimento/e-mail de 23/05/2024);
- Violação dos n.ºs 1, 5 e 7 do art.º 32º da CRP, das alíneas b), f) e h) do n.º 1 do art.º 61º do CPP, e dos n.ºs 1 e 3 alínea c) da Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (art.º 16º do citado requerimento/e-mail de 23/05/2024);
- Violação do n.º 3 do art.º 32º da CRP (art.º 17º do citado requerimento/e-mail de 23/05/2024);
- Violação da alínea j) do n.º 1 do art.º 61º do CPP (art.º 20º do citado requerimento/e-mail de 23/05/2024);

- Violação do n.º 2 do art.º 66º do CPP (art.ºs 22º e 23º do citado requerimento/e-mail de 23/05/2024);
- Violação dos direitos do arguido previstos no n.º 1 do art.º 32º da CRP, da alínea k) do n.º 1 do art.º 61º do CPP e do art.º 13º da Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (art.º 24º do citado requerimento/e-mail de 23/05/2024);
- Violação da alínea g) do n.º 1 do art.º 64º do CPP (art.º 26º do citado requerimento/e-mail de 23/05/2024);
- Violação do n.º 1 do art.º 64º do CPP (art.º 28º do citado requerimento/e-mail de 23/05/2024);
- Violação dos direitos e garantias do arguido previstos na Constituição e na Lei, nomeadamente os previstos nos n.º 1, 2, 3, 5, 6 e 7 do art.º 32º da CRP, das alíneas a), b), e), f), g), h) e k) do n.º 1 do art.º 61º do CPP e, do art.º 6º, n.ºs 1 e 2 e alíneas b), c) e d) do n.º 3 do mesmo artigo, bem como do art.º 13º, ambos da Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (art.º 35º do citado requerimento/e-mail de 23/05/2024).

5º

Prova de que a Sra. Juíza Dra. Dora Isabel Duarte deu cumprimento ao determinado na Lei perante o e-mail de 22/09/2023 14:46 infra ao PCS n.º 239/18.2SHLSB para efeitos do n.º 2 do art.º 117º do C.P. Penal e de que, ao confirmarem-se os factos imputados à Sra. Juíza Dra. Dora Isabel Duarte sobre os quais esta não fez qualquer observação ou rectificação, os mesmos não constituem a prática de qualquer ilegalidade por parte daquela magistrada como o Conselho Superior da Magistratura vem agora afirmar.

Termos em que, deve o Conselho Superior da Magistratura provar a afirmação que faz, de não existe *o mínimo indício de qualquer ilegalidade na intervenção da Exm^a Juíza Dora Isabel Duarte no PCS n.º 239/18.2SHLSB*, demonstrando assim a todos os órgãos de soberania e senhores deputados em CC se **existem ou não casos em que um grupo de magistrados (judiciais e do M.P.) actua à revelia do órgão de soberania Tribunais e fora das funções definidas no art.º 202º da CRP para este órgão de soberania, nomeadamente fora da função de assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, contra as garantias constitucionais de Abril/74 de processo criminal, unicamente para satisfazer os seus próprios interesses particulares** que, no caso, é manter a *contradição/inversão da verdade dos factos assente e transitada em julgado no foro administrativo perpetrada no inquérito 10960/17.7T9LSB e inquéritos subsequentes, conforme magistrado honesto e competente do próprio M.P. já reconheceu reiteradamente no exercício das suas funções, e com a qual esse mesmo grupo de magistrados vem impedindo há anos qualquer procedimento criminal sobre os denunciados crimes de “Desobediência” e “Abuso de poder” perpetrados pela Gestora do PRODER/PDR 2020 Patrícia Cotrim, bem como sobre os denunciados crimes de corrupção na atribuição de subsídios públicos PRODER/PDR 2020 (vide art.ºs 9º a 34º do requerimento/e-mail de 08/02/2024 infra ao inquérito 344/23.3TRLSB) – interesses particulares esses até porque os próprios Exmos. Sra. Procuradora-Geral da República Dra. Lucília Gago e Sr. Procurador-Geral Distrital de Lisboa Dr. Amadeu Guerra são pessoalmente parte no PCS n.º 239/18.2SHLSB contra o aqui Exponente.*

O Requerente,

Paulo Gonçalves

----- Forwarded message -----

De: **Iudex-CSM** <no_reply@csm.org.pt>

Date: segunda, 23/09/2024 à(s) 11:48

Subject: 2023/GAVPM/1944 - Notificação de despacho | Iudex - Gestão Documental - PROC 2023/GAVPM/1944 - CSM

To:

Informação relativa ao procedimento 2023/GAVPM/1944.

Exmo. Senhor
Paulo Gonçalves,

No seguimento da v/exposição remetida ao CSM, junto envio a V. Ex^a. cópia do despacho proferido pelo Exmo. Senhor Vogal do CSM distrito Judicial de Lisboa do CSM, para conhecimento.

Com os melhores cumprimentos
Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e Membros Conselho do Superior da Magistratura.

Nota: Por favor não responda para esta caixa de correio eletrónico pois é destinada exclusivamente ao envio de mensagens.
Para resposta, indique sempre o nosso número de procedimento e utilize o email: csm@csm.org.pt ou contacte-nos pelo Telefone +351 21 322 00 20 ou Fax. +351 21 347 49 18.

Paulo Gonçalves <pgoncalves70@gmail.com> escreveu (quinta, 5/09/2024 à(s) 19:49):

Exmo. Sr. Juiz Presidente do Conselho Superior da Magistratura,

PAULO MANUEL CARREIRO GONÇALVES, no exercício do seu direito constitucional de ser informado sobre o andamento dos processos em que é diretamente interessado, vem requerer informação sobre o andamento do processo disciplinar contra a contra a Sra. Juíza Dra. Dora Isabel Duarte, pela sua conduta no PCS n.º 239/18.2SHLSB e, com os fundamentos que se seguem, colocar a seguinte questão a final:

1º

Na sequência do e-mail de 22/09/2023 14:46 infra ao PCS n.º 239/18.2SHLSB para efeitos do n.º 2 do art.º 117º do C.P. Penal (que V. Exas. também receberam) e das consequentes queixas contra a Ex.ma Senhora juiz de direito Dra. Dora Isabel Duarte e a Ordem dos Advogados, primeiro a V. Exas. pelo e-mail de 26/09/2023 10:59 infra, e de seguida à Sra. Procuradora-Geral da República pelo e-mail de 26/09/2023 10:59 também infra, tendo este último dado origem ao inquérito 344/23.3TRLSB (vide e-mails de 13/10/2023 e 20/10/2023 infra do Chefe de Gabinete da Sra. PGR Dra. Lucília Gago) que, já teve os despachos dos documentos 1 e 2 em anexo aos quais se deram as respostas constantes dos requerimentos/e-mails infra, respectivamente, de 08/02/2024 01:00 e de 23/05/2024 00:40.

2º

Porém, nada se sabe sobre o correspondente procedimento disciplinar, contra a Ex.ma Senhora juiz de direito Dra. Dora Isabel Duarte, por parte do Conselho Superior da Magistratura, o que levanta a seguinte questão:

Se o silêncio sobre a matéria/omissão de procedimento disciplinar que esse Conselho Superior da Magistratura mantém até hoje é concertado com a actuação do M.P. que se

expõe no requerimento/e-mail de 02/09/2024 22:06 infra para efeitos de intervenção hierárquica no inquérito 236/22.3TRLSB, isto é, se o silêncio/omissão de V. Exas. foi para permitir que o M.P. tentasse encobrir a realidade do PCS n.º 239/18.2SHLSB e da conduta da Sra. Juíza Dra. Dora Isabel Duarte no mesmo, inventando aquele M.P. bem sabendo não ser verdade (e sem qualquer das provas requeridas) que, existe uma “*sentença, datada de 22/09/2023, transitada em julgado em 23/10/2023, no âmbito do PCS n.º 239/18.2SHLSB do Juízo Local Criminal de Lisboa - Juiz 7 - a qual condenou o denunciante*”?

Termos em que, deverão V. Exas. responder a esta simples questão e informar qual o estado do correspondente processo disciplinar contra a Sra. Juíza Dra. Dora Isabel Duarte, para esta se manter no exercício da magistratura como se nada fosse.

O Denunciante,

Paulo Gonçalves

Paulo Gonçalves <pgoncalves70@gmail.com> escreveu (segunda, 2/09/2024 à(s) 22:06):

Lisboa – Procuradoria-Geral Regional

Secção Única

Processo: 236/22.3TRLSB

Referência: 21573906

Exmo. Sr. Procurador-Geral Adjunto Luís O. P. Marta,
Exma. Sra. Procuradora-Geral Regional de Lisboa Dra. Helena Gonçalves,
Exma. Sra. Procuradora-Geral da República e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Dra. Lucília Gago,

PAULO MANUEL CARREIRO GONÇALVES, Denunciante da recusa da Denunciada Lúgia Maria Moreira Fernandes (Procuradora da República) em reparar/sanar a *contradição/inversão da verdade dos factos (assente e transitada em julgado no foro administrativo) perpetrada no despacho de arquivamento do inquérito 10960/17.7T9LSB* – conforme foi tal *contradição/inversão da verdade dos factos* expressamente reconhecida pelo mesmo M.P. nos termos do art.º 108º dos próprios despachos de acusação ao arguido (aqui denunciante) do PCS n.º 239/18.2SHLSB –, **notificado de mais um ataque ao Estado de Direito Democrático a que chamam «despacho de arquivamento» dos presentes autos (Doc. 1 em anexo), porquanto, em síntese, omite/encobre o facto de, como se vê, estar expressamente reconhecido pelo próprio M.P. que foi cometida *contradição/inversão da verdade dos factos no despacho de arquivamento do inquérito 10960/17.7T9LSB* – e inquéritos subsequentes – com todas as implicações criminais que tal reconhecimento significa (vide art.ºs 9º a 33º do requerimento/e-mail de 08/02/2024 infra aos autos do inquérito 344/23.3TRLSB), para ao invés, e mais uma vez, inventarem a realidade que**

bem sabem não ser verdade, de terem “*certidão de sentença, datada de 22/09/2023, transitada em julgado em 23/10/2023, no âmbito do PCS n.º 239/18.2SHLSB do Juízo Local Criminal de Lisboa - Juiz 7 - a qual condenou o denunciante:*

a) *pela prática de dois crimes de difamação agravados... na pessoa da ofendida Lucília Gago, Exma. Sra. Procuradora-Geral da República;*

b) *pela prática de um crime de difamação agravado... na pessoa do ofendido Amadeu Guerra, Exmo. Sra. Procurador-Geral Distrital de Lisboa;*

c) *pela prática de um crime de ofensa à pessoa colectiva, organismo ou serviço agravado (...);*

e, assim, bastando-lhe acrescentar ao invencionado que “*afigura-se-nos que não se justifica a realização de mais diligências, designadamente a inquirição do denunciado e da denunciada*”, para não só negar o respectivo inquérito que tinham por fazer desde 29/09/2022 como negar/encobrir ainda a referida *contradição/inversão da verdade dos factos* reiteradamente reconhecida por um magistrado do M.P. em funções e, desse modo, continuar a ser mantida a decisão de arquivamento do inquérito 10960/17.7T9LSB, com a qual os magistrados do M.P. intervenientes nesse inquérito e nos inquéritos subsequentes (onde se inclui a Denunciada Lúgia Maria Moreira Fernandes) têm vindo a impedir/recusar há anos qualquer procedimento criminal sobre os denunciados crimes de “*Desobediência*” e “*Abuso de poder*” perpetrados pela Gestora do PRODER/PDR 2020 Patrícia Cotrim e, conseqüentemente, sobre os denunciados crimes de corrupção na atribuição de subsídios públicos PRODER/PDR 2020.

vem, nos termos do n.º 2 do art.º 278º do CPP, **requerer a intervenção hierárquica que se impõe pelos seguintes fundamentos:**

1º

Com efeito, como os presentes autos bem sabem e verificaram quando acederam ao PCS n.º 239/18.2SHLSB, em consequência do e-mail de 22/09/2023 14:46 (também infra) ao invocado PCS n.º 239/18.2SHLSB para efeitos do n.º 2 do art.º 117º do C.P. Penal – que a Sra. Juíza Dra. Dora Isabel Duarte recebeu, tal como receberam para conhecimento todos os órgãos de soberania e outras entidades –, **todos pudemos ver que, ao contrário do que o despacho ora notificado afirma, não há qualquer “sentença, datada de 22/09/2023, transitada em julgado em 23/10/2023, no âmbito do PCS n.º 239/18.2SHLSB”**, uma vez que, conforme se vê pelo referido e-mail, em 22/09/2023 não havia qualquer defensor que representasse o arguido aqui Denunciante e este, não podendo estar em dois sítios ao mesmo tempo, estava no Serviço do Acesso ao Direito da associação pública da Ordem dos Advogados por, *não ter qualquer defensor no PCS n.º 239/18.2SHLSB desde que o Dr. João Nuno Reis renunciou ao mandato em 18/04/2023 e, ainda assim, a Juíza Dra. Dora Isabel Duarte ter realizado as audiências de julgamento de 28/06/2023 e 11/07/2023 sem que o arguido tivesse a assistência obrigatória do defensor nomeado – e a última das audiências/decisão proferida (de 11/07/2023) até sem a presença do defensor ou do arguido que, até ao momento, não sabe que decisão aí foi proferida –, chegando ao ponto de, sem ter terminado o julgamento e sem ouvir as testemunhas arroladas ainda em falta (e essenciais para a descoberta da verdade), decidir ilicitamente e apressadamente passar a denúncia caluniosa que deu origem ao PCS n.º 239/18.2SHLSB para a leitura da condenação pretendida do arguido (diga-se, “sentença”), por um crime que não existiu e nos termos do n.º 2 do art.º 180º do Código Penal nem é punível, marcada primeiro para o dia 01-09-2023 às 14:00 horas e depois, marcada para 22/09/2023, mas ao invés já leitura de acórdão/sentença (vide requerimento/e-mail de 18/09/2023 infra)...*